



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-Eixo: Comunicação e Cultura

AS INSTITUIÇÕES EVANGÉLICAS E SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO

Alejandra Pastorini¹
Gabriele Gomes Faria²
Olivia Ramos da Penha³
Jessika Lopes de Oliveira⁴

Resumo: Este trabalho analisa a participação e influência das instituições evangélicas nas decisões políticas atuais na cidade do Rio de Janeiro, em especial no que se refere à área social. Com esse objetivo, tomamos como referência a gestão Crivella, iniciada em 2017. A partir desse momento a IURD intensifica seu protagonismo no espaço da política, contribuindo com o fortalecimento do conservadorismo.

Palavras-chave: Estado, políticas públicas, religião.

Abstract: This paper analyses the participation and influence of evangelical institutions in the current political decisions in the city of Rio de Janeiro, especially in the social area. For this purpose, we take as reference the Crivella management, started in 2017. From that moment the IURD intensifies its role in the space of politics contributing to the strengthening of conservatism.

Keyword: State, Public Policies, Religion

1-INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado parcial da pesquisa que se encontra em andamento e que analisa a participação e influência das instituições evangélicas nas decisões políticas atuais na cidade do Rio de Janeiro, em especial no que se refere à área social. Com esse objetivo, tomamos como referência a última gestão do governo do Município do Rio de Janeiro, iniciada em janeiro de 2017, quando Marcelo Crivella Bispo, licenciado na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), assume o cargo de Prefeito.

As reflexões aqui apresentadas fazem parte de uma investigação mais abrangente que iniciou com o acompanhamento dos programas de assistência social e segurança pública implementados nesse município, a partir de 2015. Nessa oportunidade constatamos que as intervenções do poder público que tinham como alvo os setores mais pauperizados no Rio de Janeiro organizavam-se com base numa amálgama que combinava estratégias de

¹ Professor com formação em Serviço Social, ESS/UFRJ, E-mail: alejandrapastorini@gmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação, ESS/UFRJ, E-mail: alejandrapastorini@gmail.com.

³ Estudante de Graduação, ESS/UFRJ, E-mail: alejandrapastorini@gmail.com.

⁴ Estudante de Graduação, ESS/UFRJ, E-mail: alejandrapastorini@gmail.com.

proteção social concentradas na área de assistência social – com destaque nos programas de transferência de renda – com ações de segurança pública, ambas áreas carregadas de um forte caráter controlador, moralizador e punitivo. Com a chegada ao governo Municipal do atual prefeito foi possível identificar um terceiro pilar de sustentação dessa estratégia de administração da pobreza no Rio de Janeiro, pilar este, que se vincula com o crescente protagonismo que assumem algumas igrejas evangélicas, a partir de 2017, junto ao executivo municipal na cidade pesquisada.

Aqui trabalhamos com a ideia que este tripé (assistência, segurança e religiosidade) que sustenta as intervenções públicas no Rio de Janeiro, expressa um verdadeiro retrocesso com relação aos direitos dos brasileiros uma vez que impõe uma agenda regressiva dos direitos humanos e sociais que implica na retomada do conservadorismo no campo político e institucional.

As reflexões teóricas aqui realizadas têm como ponto de partida uma pesquisa documental e de material jornalístico que registra a articulação do poder público (executivo e legislativo municipal) com essas instituições religiosas que nos últimos anos vêm adquirindo destaque na arena pública e intensificando seu protagonismo no espaço da política.

Para expor os resultados da pesquisa começamos analisando as relações entre religião, poder político e Estado, como insumo necessário para pensar a laicidade do Estado brasileiro. Num segundo momento nos concentramos em sistematizar a trajetória e participação dos evangélicos na política no Brasil e apresentamos os resultados parciais da nossa pesquisa documental que servem de base para nossas reflexões acerca das particularidades e incidência dos evangélicos vinculados à IURD no atual governo municipal do Rio de Janeiro.

2- RELIGIÃO E POLÍTICA: UM DEBATE NECESSÁRIO

A nossa proposta aqui é tratar das diferenças entre religião e religiosidade baseadas nas reflexões de Tonet (2016). Vale ressaltar que segundo a concepção metodológica do autor, essa temática pode ser abordada a partir de duas dimensões: filosófico/ontológico e histórico-concreto. No presente trabalho atentaremos apenas para a discussão da questão religiosa prestando maior atenção para a vinculação à segunda dimensão. Contudo, como expressa o autor, ambas dimensões não podem ser tratadas de forma desarticulada se quisermos ter uma compreensão da totalidade do fenômeno estudado.

Desse modo, a religiosidade será pensada no sentido mais amplo possível do termo, abrangendo todo tipo de crença fundada, em última análise, na fé e não na razão e/ou na verificação empírica. Por sua vez a religião (por exemplo: budista, cristã, islâmica ou

qualquer outra) refere-se às formas concretas que pode assumir a religiosidade e, assim, carrega um forte sentido de algo sistematizado e institucionalizado. Como indica Tonet,

[...] o que marca, essencialmente, a especificidade do fenômeno religioso é a crença em um mundo transcendente, espiritual (que pode até ser entendido como energia cósmica), seja esse mundo habitado por entidades pessoais ou apenas por forças misteriosas e transcendentais (2016, p.63).

Logo, o propósito deste trabalho seguirá essa mesma linha, entendendo a religiosidade em sua dimensão ampla que encontra forma concreta na religião, pois no espaço da política – foco do nosso estudo – se faz presente a religiosidade que passa a ser utilizada como um interessante recurso para favorecer interesses privados, vinculados às classes dominantes. No caso específico da cidade do Rio de Janeiro percebe-se, nos últimos anos, o protagonismo das instituições evangélicas, em especial da Igreja Universal do Reino de Deus- IURD. Sendo assim, o caráter religioso que assume uma forma concreta, institucionalizada e sistematizada vem orientando as ações públicas e incidindo na vida dos sujeitos, no seu cotidiano e nas relações sociais.

[...] religiosidade tem uma longa tradição e tem raízes profundas na própria realidade social. Deste modo, ela cumpre determinadas funções que se tornaram necessárias para a reprodução do ser social. Contribui, portanto, poderosamente, para formar, em profundidade, a personalidade dos indivíduos, o seu modo de encarar e orientar a vida, os seus valores e as suas relações sociais (TONET, 2016, p.44).

A religiosidade no atual contexto caracterizado pela existência crescente das desigualdades sociais, das carências, dos problemas que parecem não ter solução, faz com que a reprodução da sociedade de classes seja acompanhada por diversas atividades religiosas, valores religiosos etc. Também a religiosidade na sociedade de classes (assentada na exploração e na propriedade privada) cumpre uma importante função de controle social.

A ideologia religiosa exercia, e ainda hoje exerce, um papel importantíssimo, ao lado da violência explícita e de outras formas ideológicas, para manter as classes dominadas submissas a uma ordem social extremamente prejudicial a elas. Mas, embora de modo diferente, esse controle também era e é exercido sobre aos membros das classes dominantes, servindo para benefício de determinados grupos sociais, especialmente dos próprios grupos religiosos (IDEM., p.74).

O elemento essencial da religiosidade é a fé, que se sobrepõe à razão, podendo assim produzir consequências altamente nocivas para o convívio civilizado entre os sujeitos. Não são poucos os exemplos que a história nos apresenta: fanatismo religioso, discriminação, eliminação, caçada etc. que se repetem ao longo dos séculos tomando formas diversas. E o resultado é conhecido

Intolerância, guerras, perseguições a pessoas de outros credos, torturas e mortes, tudo em nome de uma especial e única relação com Deus e da pretensão de deter o único e verdadeiro caminho para a salvação. No limite, dividindo as pessoas entre amigos – os que participam da sua crença – e inimigos – todos os outros, devendo,

estes últimos, obviamente, ser combatidos de todas as maneiras (TONET, 2016, p.65).

Essas consequências sociais, políticas, culturais, econômicas etc. dividem os sujeitos em bons e maus, em irmãos e inimigos valores que acabam sendo introjetados pelos membros da sociedade. O problema se multiplica ainda mais quando essa dinâmica e lógica influenciam o funcionamento da esfera pública e as diversas ações do Estado.

O capitalismo que tem pretensão de atingir todas as dimensões da sociedade vê na propriedade privada gerada pela espoliação do trabalho na produção capitalista a possibilidade de assunção como divindade com vasto poder de potencializar a humanidade alienada. Neste processo, o homem ao não se perceber como ser social e natural entrega seus anseios a Deus já que ele “tudo criou e tudo pode realizar”. De tal modo, a precariedade vivenciada pelos homens e o pouco domínio em relação à natureza foi responsável pelas primeiras manifestações da fé sobre a razão ao longo da história, apesar de não podermos afirmar segundo Tonet (2016) que a religiosidade sempre existiu.

Práticas religiosas antecedentes perdem importância frente ao Cristianismo que como protagonista da história, dá à religiosidade uma função precípua junto à propriedade privada (essencial no contexto do capitalismo), além da busca de resolutividade das mazelas cotidianas via mundo transcendente, que garantirá ao homem perdido de si mesmo, respostas e conforto, conferindo sentido à vida humana, mantendo as classes dominadas obedientes a uma ordem social alienante e exploradora da força de trabalho via idealismos morais, sobretudo, daqueles sujeitos reduzidos unicamente a trabalhador e como tal, uma mercadoria no processo de produção capitalista.

Para pensar a função social da religiosidade no capitalismo importa salientar que o avanço das forças produtivas, a apropriação de riqueza em detrimento da indigência de muitos demarca um novo padrão societário no qual a religião cristã de raiz judaica aparece no Estado moderno com destaque privilegiado. Tal crença, fundada não na razão, mas na fé – elemento esse essencial, confiável, incontestável apesar de incompreensível – de que a partir da conversão se dará a transformação social, contará com indivíduos das classes abastadas ou seus auxiliares para exercício da função religiosa junto àquelas vítimas da exploração, opressão, miséria, advindas do avanço das forças produtivas.

Segundo Lukács (2013, p.78-79) Marx e Lenin ao pensarem as raízes sociais das religiões identificaram nos sentimentos religiosos da modernidade esta prerrogativa de conforto em relação ao horror e insegurança produzidos na vida capitalista, destacando inclusive sua intensidade e influência nas relações sociais em períodos de Guerra. Trata-se,

pois, de fazer emergir por meio da religião uma aceitação da realidade intramundana, sendo sua superação possível apenas em outro mundo.

Sendo assim, pode-se argumentar que no capitalismo a mercantilização das relações sociais se apresentam de toda forma, inclusive na religiosidade via manipulação, extorsão, alienação daqueles mais pobres que, por meio da fé, são levados a acreditar não ser possível neste plano qualquer perspectiva de progresso. Tal feita revela o caráter alienante tendo em vista, que não se dissocia da forma da distribuição, ou seja, “fazer o bem sem olhar a quem”, negligenciando o caráter da produção contido no modo capitalista. Logo, nesta dinâmica, “*é a consciência que determina o ser social e não o ser social que determina a consciência*” (TONET, 2016). Assim, a religião é possibilitada pelo não reconhecimento desta essência genérica do ser, ou seja, sem consciência não se traduz a realidade, logo submetendo-se a realidades objetivas, qual seja, a dinâmica capitalista convive com a propriedade privada e com a exploração do homem, sendo compatível com qualquer forma de religiosidade que por sua vez leva os homens à resignação de suas mazelas, além de torna-los fantoche das classes dominantes.

A religião no capitalismo se manifesta como sendo independente da realidade social que a gera, muito embora, seja inconteste a ligação das entidades religiosas institucionalizadas na participação da reprodução da sociedade de classes via controle, submissão e apelos moralizantes das classes dominadas, como se os problemas intramundanos fossem resolvidos de maneira individualizada, afinal, neste plano acredita-se não ser possível resolver tais questões, logo despolitizando o debate e a compreensão dos mecanismos que produzem as desigualdades. Assim, evidencia-se o lugar funcional que a religiosidade ocupa no capitalismo ao ocultar o caráter ontológico do trabalho na constituição do ser social, portanto, produzindo inúmeros mecanismos de alienação. Outrossim, são muitas as transformações que a religiosidade irrompe a partir da ordem burguesa, além das várias instituições religiosas que surgem na modernidade.

Sabemos que o Estado é anterior ao capitalismo, mas o Estado moderno é criado para dar conta das disputas de classes por meio de mecanismos jurídicos formais, do uso da força e da proteção à propriedade privada. Desse modo, este complexo social, ao longo da história, constitui-se enquanto elemento central na dinâmica da sociedade burguesa e na luta de classes, servindo muito mais ao processo de dominação do capital sobre o trabalho.

Deste modo, ao acompanhar o movimento da totalidade observa-se que as funções do Estado sempre estiveram sumariamente ligadas à maximização dos lucros. Contudo, desde as primeiras décadas do século XX o Estado desenvolve diversas intervenções que garantem os superlucros dos monopólios sem, contudo, negligenciar seu caráter social que,

apesar de contraditório, coloca na ordem do dia a preservação da força de trabalho via políticas sociais, possibilitando a reprodução dos trabalhadores. Dessa forma, o Estado administra o fundo público buscando atender às necessidades da reprodução ampliada do capital alargando conjuntamente a garantia de direitos aos trabalhadores, que na contemporaneidade – com o avanço do projeto neoliberal – se encontram cada vez mais limitados. Já no que tange o controle da força de trabalho, cabem agora, novos mecanismos de disciplinamento, fiscalização e coerção que contribuem para reforçar a face penal do Estado, combinando repressão, cárcere e violência (WACQUANT, 2007).

De outro modo, tal “modernização” tem apresentado um fenômeno controverso que está posto na relação entre política e religião, donde o lugar especial ocupado pela Igreja Católica no interior do Estado, até a metade do século XX, é tangenciado por coletivos evangélicos que tem tomado a cena pública brasileira nos últimos dez primeiros anos deste século com embates religiosos, mas, sobretudo, com pautas que hierarquizam e excluem parte da população, ameaçam à democracia, bem como conduzem as ações estatais para atendimento aos seus interesses particulares.

3- O ESTADO BRASILEIRO E OS LIMITES DA SECULARIZAÇÃO

O processo de modernização engendrou um necessário constructo jurídico-político na defesa de que não fossem influenciados por valores religiosos, mas pelo âmbito científico. No entanto, mais uma vez as necessidades burguesas instrumentalizaram a laicidade em nome de seus interesses, observando-se assim, no processo histórico, diversos formatos onde cada país terá uma analogia com o aspecto religioso. Na experiência brasileira, nossa relação com a religiosidade sempre foi tangenciada pela liberdade religiosa da maioria, que influenciou uma minoria de acordo com preceitos morais, familiares e dos bons costumes. Nesta lógica, desde o Brasil Império, observa-se o Catolicismo como religião oficial do país ficando em âmbito privado tudo aquilo que diferia deste.

Na esteira deste processo importa destacar que na República Velha, o Estado se separa do Clero, mas continua rendendo privilégios a Santa Sé. Além disso, reconhece manifestações públicas de crenças, desde que estas respeitassem a ordem. Contudo, posteriormente retrocede na decisão baseando-se na moral pública. Na era Vargas mantém-se a separação entre Estado e Clero, mas com previsão da participação ativa do Estado caso houvesse interesse público, ampliando-se assim as isenções fiscais às instituições religiosas e prevalecendo a “liberdade de consciência”. Na Ditadura, as entidades religiosas ganham poderes para prestar serviços públicos e prevalece a “liberdade de consciência” no que tange a ordem pública. Já na Constituição Federal de 1988 a liberdade de consciência

desvincula-se da ordem e bons costumes. Outrossim, ampliam-se e qualificam-se os convênios para que as instituições religiosas desempenhassem funções públicas (CARDOSO; ALVES, 2018).

Nos governos FHC, Lula e Dilma observam-se continuidades no que tange a presença da religião no aparato público, quer seja na condução de políticas públicas, no recuo de pautas que causavam polêmicas em alguns setores religiosos, além dos acordos que reiteravam e ampliavam as garantias para a igreja Católica. No entanto, o processo de proximidade do poder público com setores religiosos que vinham ganhando protagonismo no espaço da política toma um vulto ainda maior a partir do *impeachment* de Dilma, haja vista, a potência da bancada religiosa evangélica que vinha num crescente e clamando por valores morais, respeito às famílias além de apoio massivo a Michel Temer. Tais informações nos mostram que mesmo com dispositivos legais não se separou a religião da arena pública brasileira.

Como visto, os privilégios concedidos a Igreja Católica em detrimento de outros grupos religiosos no interior do Estado, foram enormes: isenções de impostos, auxílios financeiros e parcerias. Entretanto, com grande capacidade de mobilização política os grupos neopentecostais ganham força se reposicionam nos últimos anos a partir de novos atores da sociedade civil e da política partidária que buscam legitimar suas pautas de cunho moral e privado. Este processo de secularização no qual a Igreja Católica disputa espaço com grupos evangélicos denota uma retomada do pensamento conservador – nunca suprimido – que como tal crítica e/ou rejeita a modernidade suplantando a liberdade, a igualdade e na contramão reproduzindo ódio e destruição de políticas e direitos reproduzindo a busca individual dos sujeitos, a disciplina, a ordem, a moral e a repressão. Tal defesa, parte do pressuposto de que tanto o Estado quanto a sociedade são parte da natureza, logo, devem respeitar as leis divinas, demarcando uma unidade entre Estado e fé (CARDOSO; ALVES, 2018).

Vimos acima como o capitalismo tratou de buscar alternativas ao seu desenvolvimento, sobretudo, em momentos de crise. Deste modo, o pensamento conservador que em diferentes momentos da história se fez presente, toma vulto em “terras tupiniquins” via uma forte bancada evangélica presente nos espaços legislativos e executivo com defesa perene a pautas que reiteram valores tradicionais cristãos, repudiam os movimentos sociais, criminalizam, moralizam e militarizam das expressões da questão social demarcando centralmente a relação do Estado e suas instituições com a religião.

Considerando a estreita relação entre a fé religiosa e o poder do Estado, o debate da laicidade se coloca como uma temática central para nossas reflexões e, em especial, para

tratar da participação dos Evangélicos na política brasileira. Entendemos importante mencionar a dificuldade na utilização da denominação “os evangélicos”, uma vez que estes constituem um grupo heterogêneo que assume posicionamentos diversos no espectro político e ocupam espaços também variados na sociedade. Almeida sintetiza de forma interessante a imagem mais difundida, no Brasil, acerca dos evangélicos vistos como: “um segmento religioso formado por pessoas na maioria das vezes honestas e confiáveis nas relações face a face, mas pouco tolerantes com religiões e morais alheias, e cujas lideranças costumam ser percebidas com desconfiança, sendo algumas consideradas ambiciosas e arrivistas” (in. ALMEIDA, 2017, s/r).

Nossas reflexões buscam fazer algumas considerações com relação ao crescimento da participação dessas lideranças nos espaços institucionalizados da política, tanto no poder legislativo como no executivo, demarcando seu foco na moral sexual; nas políticas de segurança mais punitivas e repressivas; no vetor meritocrático.

É importante destacar que em 1986 o grupo dos evangélicos elege o primeiro Deputado Federal; em 1998 já contava com 43 Deputados para além de dezenas de vereadores no Brasil todo. Hoje, dentre os congressistas 91 deles vinculam-se às diversas Igrejas Evangélicas. Esse número de políticos evangélicos no Congresso indica que houve um incremento acima de 10% com relação aos cargos ocupados por este setor na legislação anterior. Dessa forma constata-se um rápido crescimento dos Evangélicos na política e, em especial, daqueles que integram a denominada “Bancada Evangélica”.

Essa Bancada está constituída por uma parte numericamente significativa de congressistas evangélicos, vinculados a diversos partidos políticos que propõem e/ou defendem uma pauta de temas religiosos e de ordem moral, que poderíamos denominar como conservadora, por exemplo: o Estatuto do Nascituro, Estatuto da Família, defesa do ensino religioso nas instituições públicas de educação, oposição à união civil homoafetiva, retração dos direitos reprodutivas e sexuais, contrários às aprovação das pesquisas com células-tronco etc. O projeto que criminaliza a homofobia também é uma questão que coloca em lados opostos os membros da bancada evangélica e os deputados identificados com a defesa dos direitos humanos.

Outro dado importante é que esta Bancada “operou como linha auxiliar da denominada bancada do agronegócio e da mineração em oposição aos que militam pelos direitos dos indígenas, sobretudo à terra. [...] Terras e almas são bens em disputa que articulam diferentes atores do Congresso Nacional” (ALMEIDA, 2017, s/d). Também faz parte desse grande bloco de articulação a denominada “bancada da bala” (que congrega os

representantes da indústria de armas, os defensores do armamento da sociedade civil, da liberação da compra e uso de armas etc.).

Esses dados estão indicando que o aumento da participação dos evangélicos na política, por um lado, não se vincula exclusivamente a uma “questão de fé religiosa”, mas diz respeito também à defesa de interesses econômicos particulares, e por outro lado, que não é uma característica particular e exclusiva do Rio de Janeiro, trata-se de um traço que se manifesta como uma tendência nacional e que se articula de forma coerente com uma agenda que também indica ser moralizadora e punitiva de retração de direitos, de criminalização dos sujeitos, de enrijecimento das penas etc.

Considerando especificamente o Rio de Janeiro, essa pauta assume maior destaque e institucionaliza-se a partir do início da gestão do prefeito Marcelo Crivella (PRB-RJ), bispo licenciado na Igreja Universal do Reino de Deus (e sobrinho do bispo Edir Macedo), que tem uma importante participação política, desde 2002, quando foi eleito Senador pela primeira vez. Foi reeleito em 2010, perpetuando seu mandato até assumir o cargo de Prefeito do Rio de Janeiro em outubro de 2016, quando eleito por 59% dos eleitores.

Segundo os dados arrecadados na nossa pesquisa documental, que acompanhou as matérias jornalísticas e sites oficiais (decretos e demais legislações municipais), o foco de atuação dos parlamentares evangélicos e do executivo municipal tem privilegiado temas que consideramos aqui como constitutivos de uma pauta conservadora. Também, é possível afirmar que desde o ano 2017, intensifica-se a aproximação do governo municipal do Rio de Janeiro com a IURD.

Os convênios realizados pela Prefeitura com algumas Entidades Evangélicas na área de assistência social vêm aumentando nos últimos anos e apontam elementos caros à política, um exemplo é o caso do *Abrigo Evangélico Caminho da Felicidade*, lar para idosos que realiza cultos religiosos, aos finais de semana, sob a responsabilidade dos obreiros da IURD. Essa “simpatia” pelas instituições religiosas também se estende a alguns abrigos para crianças.

Na área da saúde pode-se mencionar o *Encontro dos representantes das Entidades Evangélicas* com o prefeito M. Crivella onde se promete a garantia de *favorecimento aos fiéis e líderes evangélicos* de facilidades para a realização de cirurgias de catarata e varizes em detrimento das pessoas que não fazem parte dessas Igrejas que aguardavam na fila de operação.⁵ Na mesma reunião foi oferecido construções de *pontos de ônibus próximos de*

⁵ G1 – *Pacientes do Rio esperam anos por cirurgia de catarata que Crivella prometeu a fiéis e pastores.* (On line: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/pacientes-do-rio-esperam-anos-por-cirurgia-de-atarata-que-crivella-prometeu-a-fieis-e-pastores.ghtml>) Acesso em 01 de maio de 2019.

igrejas, assim como ajuda para pastores e líderes presentes que tivessem problemas com *pagamento do IPTU*.

A influência da religião na vida pública e no cotidiano dos moradores na cidade do Rio de Janeiro também se viu intensificação; no espaço público, por exemplo, a partir de 2017, vários *Cargos públicos na Prefeitura do Rio de Janeiro* vem sendo ocupados por representantes da IURD: a nomeação de Fabio Macedo primo do bispo Edir Macedo e líder da Igreja Universal— para gerir o Centro Administrativo São Sebastião —, e a indicação de Marcelo Hodge Crivella filho do prefeito para o cargo de secretário-chefe da Casa Civil do Município (nomeações que foram identificadas como práticas de nepotismo)⁶. Também, a realização do *Censo religioso* dos agentes da Guarda Municipal (em 2017),⁷ ⁸ o desenvolvimento de jornadas de *Ações sociais da IURD em Escolas Municipais* idealizadas pela instituição pública de ensino básico, dirigida a alunos e seus responsáveis.⁹

Como exemplo da influência religiosa no cotidiano dos moradores da cidade podemos mencionar as *restrições impostas pela atual Prefeitura ao uso do espaço público*, desrespeito da *diversidade cultural* e das *manifestações culturais de matriz africana* que são parte fundamental da cultura da cidade. Podemos citar, como exemplo, a proibição da realização de Samba na “Pedra do Sal” e a redução dos recursos financeiros para as Escolas de Samba, dentre outras medidas tomadas pela atual gestão municipal.

Destarte, é possível inferir que a IURD para além de posicionamentos mais conservadores que produzem manifestações de intolerância social, subordinação da mulher, defesa da “família tradicional” e negação ao aborto, centra suas ações no discurso do Estado mínimo militando declaradamente por uma agenda liberal de menor participação do poder público e com uma boa pitada de estratégia ao fazer do espaço governamental palco dos seus interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O slogan, adotado em 2016, para a campanha do então candidato a prefeito, Marcelo Crivella se pautava na frase com tom assistencialista: “Vamos cuidar das pessoas”. Já indiciava a uma possível proximidade da Prefeitura com as Instituições Evangélicas.

⁶ O GLOBO – *Crivella faz mais uma nomeação sob suspeita de nepotismo*. (On line: <https://oglobo.globo.com/rio/crivella-faz-mais-uma-nomeacao-sob-suspeita-de-nepotismo-21718338>). Acesso em 15 de abril de 2019.

⁷ G1 – *Prefeitura do Rio faz censo religioso na Guarda Municipal*. (On line: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/prefeitura-do-rio-faz-censo-religioso-na-guarda-municipal.ghtml>) Acesso em 15 de abril de 2019.

⁹ G1 – *Crivella fez de escolas e outros espaços públicos do Rio ‘extensão dos templos da Igreja Universal’, diz MP*. (On line: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/crivella-fez-de-escolas-e-outros-espacos-publicos-do-rio-extensao-dos-templos-da-igreja-universal-diz-mp.ghtml>). Acesso em 15 de abril de 2019.

Uma vez eleito, aprova-se o Programa de Governo contendo como um dos objetivos centrais a universalização dos serviços públicos, a igualdade de oportunidades independente de raça e credo, a concepção de um diálogo democrático com a população, entre outros. Enquanto princípios norteadores, pode-se verificar, um discurso acerca da futura gestão da máquina pública desassociada de qualquer influência partidária ou discriminação por credo, opção sexual, raça.

Contudo, na prática constatamos, em diversos momentos, a quebra dos princípios declarados no Programa que visam assegurar a laicidade do aparelho público. Esse descumprimento encontra-se explícito em intervenções e ações que se orientam por um claro caráter religioso, ações desenvolvidas na esfera pública e social. No presente momento, tramita um processo de impeachment contra o Prefeito, sob uma tentativa negada do mesmo para suspensão do processo que, por parte da Justiça continua em andamento. Sua gestão apresenta históricos de multa no valor de 50 mil por uso indevido da máquina pública do município. Na última pesquisa realizada em 2018, sua reprovação chegava ao índice de 58% dos moradores da cidade.

O fato deste Governo Municipal apresentar diversas intervenções com um caráter conservador, moralizador e assistencialista recoloca em cena a necessidade do debate e da reflexão da categoria profissional dos assistentes sociais frente ao avanço do conservadorismo religioso e de ações públicas que resultam em práticas que se contrapõem à laicidade e que remodelam um passado recente carregado de pragmatismo, voluntarismo e voluntariado, incidindo de forma nociva no cenário futuro para um fazer profissional crítico e comprometido com a emancipação humana.

Mais do que nunca, o compromisso da nossa atuação deve ser reforçado através de uma atuação de caráter laico que tenha como norte o nosso papel e compromisso com o Código de Ética para que possamos nos opor criticamente a este momento de retrocesso na área, sobretudo, no campo da Assistência Social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. de A onda quebrada – Evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, N.50. Dossiê: Conservadorismo, Direitos, Moralidades e Violência. Campinas: Unicap, 2017. (on line: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n50/1809-4449-cpa-18094449201700500001.pdf>).

CARDOSO, P. F.; ALVES, L Conservadorismo e Laicidade de Estado: Subsídios para o Debate no Serviço social. In: Revista Temporalis, Brasília (DF) ano 18, n.36 p. 45-64 jun./dez. 2108. INSSN. 2238-1856

LUKÁCS, Georgy. O Jovem Marx e outros Escritos de Filosofia. Rio de Janeiro, Editora, UFRJ. 2007.

TONET, Ivo. Marxismo, religiosidade e emancipação humana. — 1. ed. — Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

WACQUANT, Loic. Punir os Pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan 2007.